

5. Sistema-mundo e globalização

O mundo está quase todo repartido e aquilo que ainda falta está a ser dividido, conquistado e colonizado. Pensar nestas estrelas que se vêem lá em cima à noite, estes vastos mundos que nunca conseguiremos alcançar. Se eu pudesse anexar os planetas: penso muitas vezes nisso. Entristece-me vê-los tão claramente e no entanto tão distantes. (Cecil John Rhodes, *Last Will and Testament*)

5.1 Introdução

William Martin, conhecido proponente das teses da escola do sistema-mundo, apresenta uma perspectiva algo pessimista acerca da relevância ou interesse e actualidade dos estudos africanos, quando considerados da perspectiva da abordagem da escola do sistema-mundo. Para justificar o seu relativo pessimismo, Martin (2000) distingue três fases na evolução dos estudos africanos dentro da abordagem da escola do sistema-mundo. Numa primeira fase, os estudos africanos tiveram como base de reflexão a perspectiva transatlântica e pan-africana que tendia a considerar o continente africano como uma entidade específica de estudo e intervenção. Esta fase tem raízes na tradição pan-africana anterior ao período entre as duas guerras mundiais. Por outro lado, esta perspectiva pan-africana levou a que os movimentos de libertação procurassem ultrapassar, de forma activa e consciente, as múltiplas barreiras dos diversos nacionalismos emergentes. No entanto, numa segunda e prolongada fase⁷², a ratoeira da ideologia nacionalista – ou o comportamento social emergente das burocracias incipientes, diremos nós – levou ao reforço da perspectiva analítica nacional e sua consolidação nas instituições de investigação e estudo. Por outras palavras, o detalhe dos estudos de caso, nacionais e regionais, sobrepôs-se ao estudo da paisagem social, económica e política africana, de uma perspectiva transcontinental. Numa terceira fase, a da expansão da ideologia do neo-liberalismo e da defesa da «globalização» por via do livre comércio, deveria pôr-se, de novo, a questão do estudo do capitalismo à escala planetária e das suas consequências para África como um todo. Contudo, a acreditar em William Martin, ao longo dos últimos vinte e cinco anos tem sido diminuto o contributo das perspectivas da escola do sistema-mundo para o estudo da problemática global da África Subsariana, constatação que lhe suscita a questão sobre se haverá lugar para África nas investigações sobre o funcionamento histórico do sistema-mundo.

Porque a temática associada às ideias desenvolvidas no âmbito da chamada escola do sistema-mundo é particularmente relevante para este livro, penso que é importante ou mesmo indispensável, fazer uma revisão crítica, ainda que

72 O autor não explicita a cronologia, mas parece situar-se entre meados dos anos 50 e meados dos anos 70.

muito sucinta, das ideias básicas do conceito «sistema-mundo» tal como parece ter evoluído a partir dos trabalhos de Immanuel Wallerstein e do Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems, and Civilizations. Isto por duas ordens de razões: por um lado, não é hoje razoável pretender discutir a problemática situação de não desenvolvimento da generalidade dos países africanos sem levar em linha de conta a prévia discussão das ideias associadas ao supostamente recente fenómeno da globalização e seus efeitos sobre as sociedades africanas, consensualmente consideradas como mais fragilizadas quando expostas àqueles efeitos; por outro lado, é necessária uma análise, sumária que seja, de como os conceitos da referida escola do sistema-mundo se aplicam a uma interpretação do fenómeno da globalização.

Defendo também a ideia de que o percurso político, seguido ao longo de décadas pela liderança dos, a cada momento, mais esclarecidos subgrupos entre os africanos⁷³, é melhor entendido na perspectiva da sua procurada inserção na comunidade internacional (a qual procuramos analisar da perspectiva do sistema-mundo), em contraponto com as tendências claramente mais autárquicas do grupo nacional, mais conservador, senão mesmo chauvinista⁷⁴, no seio dos referidos africanos. Começamos, pois, por uma sucinta discussão em volta das ideias associadas à escola do sistema-mundo.

A introdução do conceito de «sistema-mundo» no âmbito das ciências sociais é usualmente atribuída ao sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein. Deve no entanto assinalar-se que os seus trabalhos se inserem na corrente de interpretação da evolução da história mundial iniciada por Fernand Braudel, a quem, aliás, se deve atribuir a primazia na utilização do conceito de «economia-mundo», ao estudar o subsistema económico e social existente à volta do Mediterrâneo em fins da Idade Média. Importa também lembrar a ligação das teses de Wallerstein com as chamadas teorias da dependência, o que torna necessário rever criticamente também as teses de autores como André Frank, Giovanni Arrighi ou Samir Amin. Não se pretende aqui pôr simplesmente em causa a validade ou interesse histórico e científico do conceito de «sistema-mundo» tal como este parece ter sido desenvolvido por Wallerstein e nos é apresentado pelos autores associados ao Fernand Braudel Center, tais como Alvin So, William Martin ou Carlos Fortuna, entre muitos outros, designadamente os acima indicados Frank, Arrighi e Amin.

A discussão detalhada e análise crítica desse conceito ou da sua formulação pelos diversos autores referenciados seria tarefa para lá dos objectivos específicos deste livro. No entanto, e porque farei uso sistemático de algumas expressões como «economia-mundo» e «sistema-mundo», de forma comple-

73 Tal como já foi referido, o subgrupo designado por *verligte*.

74 O subgrupo designado por *verkrampste*.

mentar ao uso de expressões como «economia mundial» ou ainda «economia planetária»⁷⁵, importa esclarecer as diferenças de conteúdo no uso que aqui se pretende fazer de todas aquelas expressões. Isto até porque este autor chegou a um conceito próprio de «sistema-mundo», de uma forma autónoma e em relativo isolamento intelectual, designadamente a partir de reflexões sobre o uso de alguns conceitos da engenharia informática e da teoria cibernética e administrativa, elaboradas com o intuito de obter uma compreensão da estruturação do comércio mundial no decorrer dos últimos séculos da história política e social. Esta elaboração autónoma de um conceito próprio do sistema-mundo deve-se à observação participante do funcionamento interno da IBM Corporation, uma das mais gigantescas empresas do século xx, a qual foi, aliás, também largamente responsável pelo desenvolvimento de muitas das tecnologias que vieram a acelerar o referido fenómeno da globalização. Estou mais especificamente a pensar na empresa-filial (responsável por mais de 50% das operações da empresa-mãe) e que a si mesma, pomposamente, se designava por IBM World Trade Corporation, com filiais, sucursais e operações industriais, comerciais e de prestação de serviços em mais de 120 países. Partindo da premissa de que o seu comportamento organizacional é um exemplo ilustrativo das motivações e comportamentos de todas e quaisquer outras grandes organizações empresariais, penso que a observação interna da forma como esta organização empresarial, encarava (e continua a encarar) o mercado mundial, permite entender 'por dentro' certos comportamentos e conflitos socioeconómicos associados com o fenómeno da globalização. Por via desses três tipos de razões – o estudo e prática daquilo que se veio a chamar engenharia informática ou novas tecnologias da informação, o estudo académico da teoria cibernética e a vivência profissional numa MNC de enorme projecção mundial –, veio este autor a ter, da expressão «sistema-mundo», uma noção que acaba por ser significativamente diferente da noção que os autores aqui referenciados usualmente lhe parecem atribuir. E isto independentemente de algumas das críticas que a esta noção têm sido formuladas por outros autores. Proponho-me, assim, considerar aqui diversos tipos de críticas e observações.

Consideremos em primeiro lugar a ideia, bem como a crítica, de uma alegada «reificação»⁷⁶ do sistema-mundo, como se este fosse uma «coisa pensante», realmente existente e exterior ao modelo analítico, dotada de pensamento e capacidade decisória, apta a atribuir a determinados países o papel de membros do centro, a outros países o papel de membros da periferia e a outros ainda o papel de membros da semiperiferia. Se fosse meu propósito

⁷⁵ *Uso que, aliás, se encontra também com alguma frequência na literatura recenseada.*

⁷⁶ *Importa lembrar o significado relacionado com o conceito de «reificação»: o processo de assumir como coisa fixa e estruturada, algo que é fluido e em mutação permanente (como quando se fala em 'vontade popular').*

explicar e defender o carácter de coisa pensante do sistema-mundo, penso que poderia referir a abundância de organismos e instituições de âmbito mundial e seus respectivos centros de decisão, os quais parecem claramente assumir o papel de centros de decisão à escala mundial. Desta forma, as instituições e organismos de âmbito mundial como que 'emprestariam' ao sistema-mundo o carácter adicional de coisa pensante. Deveríamos ter presente, por outro lado, que este carácter de coisa pensante resulta também da forma como alguns autores apresentam as causas dos acontecimentos, como se os actores sociais envolvidos fossem pouco mais do que marionetas, subordinadas a fios invisíveis comandados à distância por uma lógica intrínseca (mas desconhecida), funcionando a partir de recônditos 'centros de comando' do sistema.

Entretanto, e sem entrar aqui nos detalhes de análise do comportamento social emergente nessas organizações, basta certamente referir instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio (e diversas entidades das Nações Unidas), ou ainda o G-8 ou Grupo dos Oito Países mais Industrializados. Mas como o sistema-mundo, tal como o perspectivado, não é só um sistema de relações políticas ou económicas, lembraria ainda instituições como o Comité Olímpico Mundial ou a FIFA (Federação Internacional do Futebol de Associação).

No caso que nos ocupa – a África do Sul, país inserido no conjunto ou região de países da África Austral –, basta pensar no papel que, explícita e claramente, todas as instituições e empresas determinantes no devir social e económico mundial parecem⁷⁷ atribuir à África do Sul: o papel de um país líder e motor do desenvolvimento regional. Ou seja, ocupando uma posição de semiperiferia. Estamos, pois, perante um claro exemplo de um país que da semiperiferia, que coordena, ainda que de forma implícita, as actividades dos países da sua própria periferia.

Em todo o caso, e mesmo que de forma embrionária, parece pois estar-se a assistir ao desenvolvimento de um sistema multifacetado de governação mundial⁷⁸ que vai paulatinamente assumindo funções de planeamento e coordenação de actividades de todo o tipo e à escala do planeta: desde a organização de Feiras e Exposições Universais (com regras acordadas com maior ou menor formalismo), aos Jogos Olímpicos, às Federações Mundiais de diversos tipos de actividades, até aos organismos federados nas Nações Unidas como a OIT,

77 Em rigor, uma análise mais fina mostra que a maioria, se não mesmo a totalidade, das empresas multinacionais consideram a África do Sul como apenas mais um mercado de importância relativa, seja do ponto de vista de compra, seja do ponto de vista de venda de bens e serviços, não lhe atribuindo nenhum papel especial de intermediação relativamente a outros países da região.

78 É interessante assinalar que é neste contexto que aparecem termos como «governação» e «governança», embora se deva sublinhar que, ao aparecimento de tais conceitos, subjaz a opção ideológica de que o que importa é a actuação governativa em si mesma, mais do que os fins propostos ou a forma como são designadas, eleitas ou escolhidas as entidades governantes. Por outras palavras, não é relevante se se trata do governo de um «déspota esclarecido» desde que a «governação» seja eficaz e eficiente.

ou Organização Internacional do Trabalho, a CCITT (Comite Consultatif Internationale de Telegraphie et Telephonie), a IFIP (International Federation of Information Processing) ou ainda o novo Tribunal Penal Internacional.

Por outras palavras, a superfície observável do comportamento das diversas entidades que, ao longo das últimas décadas, têm estado a participar na estruturação dessa forma embrionária de governação mundial, parece de facto sugerir a existência de uma entidade colectiva, macrosocial, em gestação e a que poderíamos chamar sistema-mundo. Este sistema-mundo parece estar dotado das características de coisa pensante, facto que desqualifica, por irrelevante ou sem interesse, a crítica de «reificação» acima referida. Assim, neste contexto, afigura-se pouco pertinente qualquer crítica que se faça ao conceito wallersteiniano de sistema-mundo, com base numa alegada reificação do conceito. Parece-me mesmo que a crítica que se poderia, ou deveria, fazer seria exactamente à não assunção, por parte dos seguidores da escola wallersteiniana, relativamente às consequências lógicas dessa suposta 'reificação' do sistema-mundo.

Estamos aqui perante a ocorrência de uma sobreposição lógica entre, por um lado, o comportamento parcelar, observado, dos diversos grupos particulares de actores sociais (os governos, as empresas e os seus dirigentes) e a intencionalidade postulada que se atribui a cada um desses mesmos actores, e por outro lado, o comportamento agregado emergente, o qual parece ser assumido como se resultasse de uma entidade colectiva dotada de personalidade e vontade próprias. Isto é, confundem-se os efeitos (o comportamento emergente) com as causas (as decisões tomadas a nível individual ou grupal), como se o próprio resultado (o já referido comportamento emergente) estivesse na base da decisão que lhe deu origem.

Outro aspecto a referir é a reificação dos conceitos de carácter dicotómico Segundo ou Terceiro Mundo, por oposição a um Primeiro Mundo, o que dificulta ou impede mesmo a conceptualização operacional de um *continuum* de países e nações em permanente evolução ao longo desse mesmo *continuum*.

Em jeito de conclusão, digo que se o sistema-mundo fosse de facto uma coisa pensante, existente de forma exterior ao modelo analítico que de facto é, deviam então os seus proponentes explicitar as motivações, regras e modo de funcionamento, em particular a forma das suas transacções ou interacções internas, assim como o modo de relacionamento ou de interacção com o respectivo meio ambiente externo. Por outras palavras, a sua regulação interna e externa. Não tendo embora o autor deste livro a pretensão de ter efectuado o estudo exaustivo de toda a literatura originada na escola do sistema-mundo, a recensão efectuada permite, no entanto, suspeitar que a explicitação daquelas

motivações e regras de regulação interna e externa terão que ser procuradas noutras abordagens analíticas.

5.2 Uma perspectiva cibernética

Entrando na discussão do sentido que pretendo dar à expressão «sistema-mundo», importa esclarecer desde já que, na minha perspectiva, só uma compreensão íntima do sentido em que a pretendo usar irá permitir a compreensão plena da tese que proponho defender, designadamente a da instrumentalização, por parte das elites dirigentes africanas, de todo um conjunto de actores sociais importantes no funcionamento do sistema-mundo: as empresas. Ao perguntar a um qualquer cidadão, seja ou não um estudioso das ciências em geral ou das ciências sociais em particular, o que lhe sugere a expressão «economia-mundo» ou, no mesmo contexto, a expressão «sistema-mundo»⁷⁹, a resposta acaba sempre por se traduzir em algo como a «soma das economias nacionais», ou «mercado mundial», ou «campo de acção das grandes empresas multinacionais». Nem uma só vez encontrei uma interpretação do tipo «o mundo dos sistemas», ou «o mundo em que nos movimentamos», ou «o nosso mundo», interpretação que assumiria contornos de metáfora literária.

Neste contexto, uma expressão como «a economia-mundo europeia» (So, 1990, p. 250; Braudel, 1986, pp. 84-87, p. 107) só não se torna absurda na medida em que seja interpretada metaforicamente: «o mundo europeu» visto de uma perspectiva de «sistema económico autocontido ou em autarcia ainda que relativa». Tomando como referência o quadro proposto por Alvin So (1990), aquela expressão pode significar a «economia-mundo de comando europeu», o que me parece mais consentâneo com o sentido em que uso a expressão «sistema-mundo». Já no caso de Fernand Braudel, é explícita a assunção de um sentido que, não sendo metafórico, me parece susceptível de induzir em erros de análise, muito em especial quando pretendemos olhar o sistema-mundo que temos: um sistema estruturado à escala do planeta, com centros de decisão institucional e canais de comunicação entre os diversos componentes nacionais e regionais⁸⁰. Esta questão leva-nos ao cerne do problema específico do conceito de «sistema-mundo» que aqui nos propomos esclarecer.

No contexto da teoria geral dos sistemas, tal como proposta pelo biólogo Ludwig Von Bertalanffy (1950 & 1976),⁸¹ o economista Kenneth Boulding

⁷⁹ O que tem vindo a ser feito, de maneira bastante informal mas sistemática, ao longo dos últimos anos.

⁸⁰ Refira-se, a este respeito, que própria a tradução portuguesa do título da principal obra de Wallerstein é indicativa da ambiguidade subjacente à expressão «sistema-mundo». Como se sabe, o título *The Modern World-System* foi traduzido por *O Sistema Mundial Moderno* (1974).

⁸¹ As ideias de Bertalanffy foram formalizadas, em 1950, com a publicação de *An Outline of General Systems Theory*, *British Journal for the Philosophy of Science*, 1(2), August 1950. Consultar em <http://bertalanffy.iguw.tuwien.ac.at/sites/orig.html>

(1956) propôs uma hierarquia dos sistemas em que considera os sistemas socioeconómicos, por definição, como sistemas abertos. Esta classificação atribuía a qualificação de «aberto» a um sistema com base na sua organicidade, sendo que todos os sistemas vivos seriam abertos e tão mais abertos quanto maior fosse o grau de imprevisibilidade que estivesse associado ao seu comportamento. Por outras palavras, e para usar um conceito que penso ter tido origem na disciplina de engenharia de sistemas, quanto maior fosse o seu grau de liberdade⁸² mais aberto seria o sistema.

Por outro lado, usando os termos de referência de Stafford Beer (1969), qualquer sistema socioeconómico seria qualificado de sistema «probabilístico hipercomplexo», por definição um sistema aberto. Deve ainda referir-se que, enquanto um sistema fechado se caracteriza por um equilíbrio cinético reversível⁸³, um sistema aberto é caracterizado pela sua determinação rumo a um estado estacionário dinamicamente irreversível. Vimos, assim, a reencontrar as ideias dos clássicos da economia política, segundo os quais a economia (mundial) tenderia para um estágio estacionário (Smith, 1973; Mill, 1994). Nesta perspectiva, a economia mundial ou o sistema-mundo⁸⁴ seria considerado como um sistema aberto, sendo que é exactamente essa uma das perspectivas que, neste livro, se procura esclarecer e mesmo, num certo sentido, contraditar.

Incorrendo embora no risco de abrir uma porta que já esteja escancarada, propomos utilizar as expressões «sistema aberto» e «sistema fechado» numa perspectiva radicalmente diversa e tendo em linha de conta, não o grau de liberdade do sistema, mas sim, em particular, o número e/ou tipo de interacções com o seu meio ambiente. Há também que considerar os termos de referência que sirvam para caracterizar um sistema, em particular um sistema socioeconómico. Assim, e para clarificar, se considerarmos como «sistema económico» apenas o conjunto de actores económicos *strictu sensu* (empresas e famílias, produtoras e consumidoras, inseridas em diversos mercados complementares entre si e o Estado e banco central regulador), deixando de fora entidades e fenómenos tais como integração social, cultura e ecologia, por exemplo, poder-se-á argumentar que todo e qualquer sistema económico é sempre, por definição, um sistema aberto. E isto, mesmo que se utilize como critério de classificação o número e/ou tipo de interacções com o meio ambiente, na me-

82 Neste contexto, «grau de liberdade» refere-se ao número de opções possíveis ou disponíveis para a movimentação ou actuação de um sistema.

83 Sistema que se caracteriza por uma interacção mínima com o meio ambiente. Em rigor, não existem sistemas fechados na acepção exacta do termo, na medida em que há sempre algum grau de interacção. A ideia é designar os sistemas cujo comportamento é de carácter determinístico e previsível, podendo repetir-se no tempo ou de forma indefinida os seus estados, como se a esses sistemas se não aplicasse a lei da entropia.

84 Entendo a expressão «sistema-mundo» como mais abrangente do que «economia mundial», justamente porque, na primeira, estão contemplados vectores de análise normalmente ignorados pela ciência económica ou deixados fora da economia *strictu sensu*, designadamente os de carácter político e cultural.

dida em que o «sistema económico» pode sempre trocar com o seu meio ambiente matéria, energia e informação.

A sociologia das organizações considera igualmente que um sistema é mais ou menos aberto consoante o tipo ou forma que assumem as interações de um sistema social com o seu meio ambiente. Assim, a título ilustrativo, diremos que uma burocracia de tipo máquina⁸⁵ é ou tende a ser um sistema fechado, enquanto uma adhocracia ou uma burocracia de tipo profissional tendem a ser sistemas mais abertos, exactamente pelo maior grau de liberdade consentido às interações com o respectivo meio ambiente exterior.

No caso concreto e histórico dos diversos sistemas económicos nacionais que se desenvolveram no planeta, há ainda a ter em conta o facto de que, para cada sistema económico nacional concreto, todos os demais sistemas (se existirem como tal), como também as áreas geográficas ou grupos sociais não estruturados em sistemas económicos nacionais, são perspectivados como sendo parte do seu meio ambiente, do qual e para o qual se pode importar e exportar pessoas, matéria, energia ou informação. Na sequência dessa forma de perspectivar os sistemas económicos, olhando primordialmente as suas concretizações nacionais, resultou que, por extrapolação 'das partes' para 'o todo', se viesse a considerar normalmente a economia mundial como um sistema aberto.

No entanto, se nos ativermos ao critério do «número e/ou tipo de interações», é fácil chegar à conclusão de que, *quando se faz a agregação de todos os sistemas económicos nacionais (de modo a obtermos um sistema económico mundial)*, só poderemos continuar a considerar o sistema económico, na sua totalidade planetária, como sendo um sistema aberto, se entretanto nos cingirmos à sua definição em sentido restrito⁸⁶ e se considerarmos como meio ambiente exterior todo o conjunto de entidades sociais e culturais (não estritamente económicas), assim como o conjunto de recursos naturais com os quais o sistema económico trocaria matéria, energia e/ou informação. A respeito deste raciocínio, penso que se tenta «tapar o Sol com uma peneira», na medida em que a economia (ou, se se preferir, o sistema económico *strictu sensu*) adquiriu, desde há várias décadas, uma abrangência social que obriga, ao fazer-se o seu estudo sistémico, a levar em linha de conta, e como integrados no funcionamento interno ao próprio sistema, a totalidade relevante das interações com aquilo a que até aqui se tem considerado como sendo o seu meio ambiente. Para usar um jargão comum entre os economistas, tornou-se mandatário integrar no sistema, e/ou interiorizar, as chamadas «externalidades» políticas, demográficas, sociais, culturais e ecológicas.

85 Ver a taxonomia das organizações desenvolvida por Henry Mintzberg (1979).

86 Considerando designadamente o seu «grau de organicidade».

Quando, em 1974, as Nações Unidas organizaram em Estocolmo a Primeira Conferência Mundial do Ambiente, tornou-se evidente que se estava perante o reconhecimento institucional do facto, simples e muito comezinho mas prenhe de consequências ecológicas, sociais e económicas, de que, enquanto espécie humana, dispomos, para já, de um só planeta. Era esse, aliás, o grito de combate ou palavra de ordem dos milhares de jovens que, vindos de todo o mundo, se reuniram em assembleia no exterior do edifício onde decorria a conferência. Do mesmo modo, também a novel Organização Mundial de Comércio, com raízes num longo processo de negociações no âmbito do GATT (General Agreement on Trade and Tariffs), representa hoje o reconhecimento ou consciencialização colectiva ou institucional de que estamos perante um longo processo de construção de uma só ordem internacional, não cabendo agora discutir se a mesma é 'nova' ou 'velha', 'boa' ou 'má'. Tal ordem internacional assume claramente contornos que, em termos convencionais, diria que são de carácter não só económico mas também político, social e cultural. Esse reconhecimento ou consciencialização colectiva ou institucional, historicamente recente, ganhou um impulso explosivo (cresceu de forma exponencial) ao longo das últimas duas décadas, com os fenómenos da 'mcdonaldização' do mundo, da rede *www* (*world wide web*) e da menos conhecida (mas muito mais significativa) rede SWIFT (*Society for Worldwide Interchange of Financial Transactions*)⁸⁷.

Quer isto dizer que, partindo de um plano de análise físico-geográfico que agregue a totalidade da acção humana, cada «sistema-estado / nação» é um sistema aberto que se auto-define no plano político-institucional, cujo meio exterior são os outros «sistemas-estado / nação». Ainda desse plano de análise, torna-se evidente que a agregação planetária de todos os vários «sistemas-estado / nação» num só sistema-mundo origina um sistema fechado. Não há mais fronteiras de *wild west*⁸⁸ para explorar ou lugares onde seja viável um comportamento social próprio de uma *external arena*. Contudo, se nos ativermos a um plano de análise sociocultural, que considere apenas e tão-só as actividades do foro da ciência económica ortodoxa ou convencional, torna-se então evidente que é razoável, ou faz sentido, que se perspetive a economia do sistema-mundo como sistema aberto. Com efeito, a «economia» pode sempre trocar («importar» e «exportar») com o seu «meio exterior» (a sociedade como um todo e seus recursos geográficos), matéria, energia e informação. No caso da matéria e da energia, importando, até ao eventual esgotamento, os re-

87 Espécie de sistema cooperativo ao qual podem aderir todas as instituições bancárias e que, através de uma rede planetária de computadores, permite a transferência instantânea (mas de forma controlada) de fundos, de um para outro banco participante.

88 David C. Korten (2001) fala, a esse respeito, do «fim da fronteira aberta» e defende a tese de que a sociedade humana passou de uma «economia de cowboys» para uma «economia de nave espacial» (embora, segundo o mesmo autor, continuemos com a mentalidade específica da «economia de cowboys»).

curiosos naturais e exportando desperdícios até atafulhar o planeta. No caso da informação, importando decisões políticas e tradições culturais e exportando novos símbolos, preços e outros sinais, ou ainda novos hábitos de consumo, *status* social, maneiras de estar e de fazer.

Entendo que a ciência económica convencional possa querer ter a pretensão de continuar a perspectivar a 'sua' economia (o seu objecto de estudo), como um conjunto de sistemas abertos. No entanto, tendo em conta aquilo que acabo de expor, penso ser mais adequado perspectivar a economia não mais em termos de sistemas nacionais autodefinidos e abertos, mas antes em termos de um único sistema global ao qual acho se pode e deve aplicar, e só nessas novas condições, a designação de sistema-mundo.

Assim sendo, e neste contexto, adopto a hipótese de que, embora cada economia nacional possa ser ainda considerada como um sistema aberto⁸⁹, até por uma pragmática questão de cálculo de contabilidade nacional, a soma agregada de todas as economias nacionais existentes constitui um sistema fechado, na medida em que esse sistema não troca (ainda...) com o resto do sistema solar qualquer matéria, energia⁹⁰ ou informação susceptível de transacção num mercado interplanetário. Adopto, clara e sistematicamente, o conceito de que, de um ponto de vista socioeconómico global, «sistema-mundo» há só um: o planeta Terra, conjunto agregado da totalidade dos seus povos, estados e nações, e caracterizado por uma intrincada teia de relações e interacções de influências múltiplas e recíprocas e de carácter político, social, económico, cultural e demográfico.

Ao distinguir entre as acepções do conceito de sistema-mundo, o da escola wallersteiniana e o que aqui pretendo utilizar, importa igualmente fazer a separação conceptual entre níveis de análise que designo por «intervenção política» e por «praxis económica». Por nível de análise da «intervenção política» entendo o foro ou plano de discussão que compreende os factores intervenientes na conquista, distribuição e exercício do poder de decisão, seja num plano legislativo («fazer as regras do jogo»), seja num plano executivo («jogar o jogo» e/ou garantir a sua execução), seja por fim num plano judicial (determinação das infracções às regras do jogo). Por nível de análise da «praxis económica» entendo o foro ou plano de análise em que se consideram os factores intervenientes na produção e distribuição de riqueza. Refiro-me ao entrecruzar de visões do mundo e de decisões tomadas a esse respeito quer por estados nacionais, quer por empresas. Os «objectos de estudo» destes dois

89 Em rigor, dever-se-ia falar de «subsistema nacional» com maior ou menor grau de porosidade.

90 Como é natural, pensamos na energia fóssil ou de origem interplanetária. A energia solar constitui um caso paradigmático de 'dívida' da Natureza e, como tal, não é susceptível de transacção...

níveis ou planos de análise interferem e comunicam, evidentemente, entre si. Considerando que aqueles descrevem as actividades de grupos sociais mais ou menos organizados e diversamente motivados, interessa aqui assinalar que a actual situação na África Subsariana em geral e na África do Sul em particular, depende mais das visões do mundo e das decisões tomadas por empresas, do que das visões do mundo e das decisões tomadas por estados nacionais.

Para concluir este esboço de análise do conceito de sistema-mundo de uma perspectiva cibernética, devemos enfim considerar que em qualquer sistema há sempre trocas de três tipos entre as diversas partes que o compõem: trocas de matéria, energia e informação. No caso de um sistema socioeconómico, as trocas de matéria assumem a forma de matérias-primas, produtos acabados e semiacabados, máquinas e ferramentas. Esta classificação das trocas pode ainda ser traduzida em termos de factores de produção e de produtividade e o sentido (ou origem e destino) do processo de acumulação. Por outras palavras, pode entrar em linha de conta com o que cada parte do sistema exporta e importa das outras partes, e que tipo de transacções ou trocas se efectuam no seu interior, assim como qual o destino final (ou utilização) de quaisquer excedentes produzidos.

Muito se tem escrito sobre as trocas de matéria e energia. Por isso, julgo ser oportuno chamar a atenção para outro tipo de trocas que caracterizam o funcionamento do sistema-mundo. Desde logo, para o fenómeno da «financieirização» do sistema, tal como foi discutido por Immanuel Wallerstein, entre outros. Mas, quanto a mim, nem é esse o aspecto que melhor caracteriza o papel das empresas enquanto actores sociais, na actual estruturação do sistema-mundo. Penso, mais especificamente, no fenómeno recente do desenvolvimento da biotecnologia, dos organismos geneticamente modificados e dos mecanismos legais e institucionais elaborados com o objectivo de garantir o seu controle de propriedade e utilização por parte das empresas que os desenvolvam. O Comité para a Propriedade Intelectual lançado em Março de 1986 por John Opel, então Presidente do Conselho de Administração da IBM, e por Edmund Pratt, Presidente da Pfizer, dois insígnies representantes do mundo das empresas multinacionais, é um bom exemplo do papel determinante desempenhado pelas empresas na estruturação e funcionamento do sistema-mundo. O CPI começou por agrupar doze empresas multinacionais nos sectores da informática, farmácia e entretenimento (audiovisual). O seu objectivo explícito e básico era (e continua a ser) o de fazer *lobby* intensivo junto dos governos dos países mais industrializados de modo a garantir que os direitos de propriedade intelectual, assim como os aspectos relacionados com o seu comércio à escala mundial, fossem explícita e claramente discutidos e decididos no âmbito das negociações que vieram a conduzir à criação da OMC, onde a

comissão TRIPS (*Trade Related aspects of Intellectual Property Rights*) tem um papel crucial⁹¹.

Testemunhamos, hoje em dia, o esforço ou combate pela apropriação e manutenção em mãos privadas e a título permanente de uma parte substancial daquilo que, até aqui, se considerava ser tendencialmente um bem público: o conhecimento. Note-se, porém, que muito dele tem sido produzido em instituições públicas, não sendo exequível sem a participação determinante do investimento público⁹².

Um bom e claro exemplo dessa luta pelo controle do conhecimento científico e tecnológico economicamente relevante, característico da fase de evolução do sistema-mundo em que nos encontramos, é o combate à escala mundial entre os sistemas operativos da Microsoft, por um lado, e o sistema operativo Linux, de propriedade pública por iniciativa do seu criador original, Linus Torvalds⁹³. Acrescente-se ainda o surgimento de sistemas de controle remoto dos mais diversos tipos de operações fabris e de prestação de serviços, o próprio desenvolvimento e transmissão de conhecimento científico e tecnológico, controle remoto esse exercido a partir de logiciais aplicativos desenvolvidos e centralizados em determinados pontos do globo.

Em conclusão desta abordagem sistémica, penso que são de reter as seguintes ideias mestras: 1. embora se aceite que a economia (em sentido restrito) se possa considerar um sistema aberto (na medida em que troca com o seu meio ambiente, matéria, energia e informação), quando se considera a interiorização das chamadas 'externalidades', acaba-se inevitavelmente por obter um sistema fechado; 2. embora pareça razoável continuar a encarar os subsistemas nacionais (ou regionais) como sistemas abertos, a agregação planetária de todos os subsistemas constituintes do sistema-mundo torna-se também inevitavelmente num sistema fechado; 3. não havendo mais *external arena* para a potencial expansão do sistema, este ter que, necessariamente, se 'virar para dentro'. Nessa lógica de comportamento sistémico, as entidades decisoras procurarão reabrir novas fronteiras de expansão de maneira autofágica, ou seja, tentando apropriar-se de fracções da riqueza social entretanto produzida e historicamente de natureza pública. Por fim, a recente explosão de desenvol-

91 http://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e.htm ; <http://www.patentmatics.com/pub2003/pub9b.htm>

92 Lembro a esse respeito uma situação algo embaraçosa ocorrida por ocasião de um jantar de gala oferecido pelo então presidente Kenneth Kaunda, quando da visita do chairman of the board da IBM à Zâmbia, em 1976. Nessa ocasião, e para demonstrar o interesse crucial das tecnologias para o desenvolvimento de países como a Zâmbia, o presidente da IBM não teve grande problema em explicar ao presidente Kaunda que, entre computadores e satélites, era possível saber tudo, ou praticamente tudo, sobre os recursos minerais de qualquer país africano.

93 Informática finlandês que escreveu o núcleo central original de um novo sistema operativo que, entretanto, se desenvolveu graças ao esforço conjunto de uma comunidade de programadores espalhados pelo mundo, num trabalho conjunto e coordenado de forma minimamente estruturada por um comité informal em que Linus Torvalds permanece como coordenador central. Este tipo de esforço de coordenação à escala planetária de uma actividade produtiva é um exemplo paradigmático da globalização, quer em termos de pura actividade económica, quer em termos da criação de uma comunidade com forte sentimento de pertença identitária.

vimentos tecnológicos nas áreas da comunicação e manipulação da informação, vectores fundamentais para o funcionamento de qualquer sistema, veio permitir uma nova e verdadeiramente global estruturação do sistema-mundo.

A fechar esta abordagem cibernética ou sistémica da crítica à escola do sistema-mundo, importa finalmente referir que uma adequada compreensão do comportamento emergente do sistema implica que se leve em linha de conta as diferentes ordens de motivação dos agentes envolvidos, assim como as diversas temporalidades relevantes para os distintos, mas convergentes, processos envolvidos na evolução histórica do sistema. É o que procurarei fazer ao longo da investigação e análise no corpo deste estudo.

5.3 Uma perspectiva histórica

Prosseguindo com a clarificação do uso que proponho fazer do conceito de «sistema-mundo», vejamos agora essa problemática de uma perspectiva histórica. Como é razoável, devo começar por assinalar algumas semelhanças entre a posição adoptada neste livro e o posicionamento de André Gunder Frank, quando este, referindo-se à tese defendida por Wallerstein relativamente à estrutura do sistema mundial, se pergunta com sofisma: «World system, 500 or 5000 years?» (Frank & Gills, 1992).

Embora se reconheça a continuada existência de pequenos grupos humanos, esparsos, ocupando remotas regiões ou zonas do globo e que há séculos ou milénios se encontram num estado estacionário, a verdade é que, ao longo da sua evolução histórica, praticamente todos os grupos humanos têm tido a possibilidade de, através das suas actividades individuais e colectivas, gerar um qualquer excedente económico. Sempre que sucede reconhecer-se ou identificar-se a existência desse potencial excedente económico, levanta-se ao grupo humano a questão de decidir o que fazer com o dito excedente. Isto independentemente do sistema socialmente prevalecente de apropriação, quer da riqueza social, quer dos rendimentos e excedentes gerados, questões que, no entanto, se reconhece estarem interligadas.

Ao longo dos milénios e através dos diversos espaços geográficos do planeta, podemos observar a emergência de grupos e sistemas sociais diversos, em permanente actividade e evolução. Podemos também observar, em momentos determinados, uma expansão sistémica com origem, quer no crescimento demográfico interno, quer num conjunto de migrações em resultado de exaustão local de recursos. Independentemente das respectivas causas e especificidades (factores para aqui e agora irrelevantes), estes movimentos estão na origem

de subsistemas imperiais localizados⁹⁴, desde o Médio Oriente à China e aos impérios africanos e sul-americanos. Ao longo de séculos, estes subsistemas imperiais, quando coexistentes em termos de relativa proximidade geográfica, trocavam entre si matéria, energia e/ou informação, sob a forma de mercadorias, pessoas e conhecimentos. Enquanto evoluíam e cresciam, estes subsistemas foram mantendo entre si algumas trocas. No caso dos subsistemas centro e sul-americanos (maia, astecas e inca), assim como no caso de subsistemas africanos (do Benim, por exemplo), devemos ter presente o facto do seu completo ou relativo isolamento em relação aos restantes subsistemas à face do planeta.

Entretanto, e como é do conhecimento comum, a partir de meados do século xv, uma determinada fracção do subsistema ou «economia-mundo» europeia (no caso, a elite dirigente de Portugal) iniciou movimentações que levaram, em consequência, ao estabelecimento de relações regulares entre o subsistema europeu e uma série de diversos subsistemas asiáticos, africanos e americanos. Devemos ter consciência de que, tal como assinala Gunder Frank (n.d.), já antes do estabelecimento das redes marítimas de comunicação e transacção entre o subsistema europeu e o subsistema asiático, havia relações entre estes dois subsistemas. Acontece que o estabelecimento das redes marítimas veio, no entanto, constituir uma viragem (uma 'bifurcação') fundamental na natureza do sistema como um todo.

No caso da África pré-colonial, anterior à ocupação colonial europeia e não afectada por presenças europeias e asiáticas no litoral, nem pelo comércio transariano, o normal excedente económico, gerado ao longo das actividades normais de subsistência, era periodicamente eliminado através do consumo ostentatório e conversão em capital simbólico e de poder. Essa prática, para além da função de reforço do sistema de alianças e reciprocidades, devia-se também e muito naturalmente à inexistência de alternativas tecnológicas que permitissem a conservação dos alimentos e uma gradual e progressiva acumulação de capital. A esse respeito vale a pena reproduzir aqui o que nos diz Fernand Braudel a respeito do processo global e sistémico de acumulação:

Posta esta questão vejamos se haverá alguma sociedade que não tenha acumulado, que não continue a acumular bens de capital, que os não empregue regularmente na sua actividade e que, através do trabalho, não os reconstitua

94 Entendemos por «subsistemas imperiais» os subsistemas locais ou regionais que, pela sua dimensão demográfica, originam um número suficientemente elevado de interações socioeconómicas, número que vem a tornar necessário a emergência de um poder político coordenador. Não discutiremos em detalhe a diferença de conteúdo entre a ideia de «impérios», como antecedentes dos sistemas-mundo wallersteinianos, e a ideia (quanto a nós mais operacional) de subsistema. De um ponto de vista cibemético, cada subsistema é considerado como uma 'caixa negra' cuja estrutura interna, centralizada ou organizada por coordenação inter partes, é irrelevante para a globalidade do sistema.

e não os faça dar frutos? No século xv, qualquer modesta aldeia do Ocidente possui os seus caminhos, os seus campos limpos de pedras, as suas terras cultivadas, as suas florestas tratadas, os seus pomares, os seus moinhos as suas reservas de cereais. Cálculos feitos para as economias do Antigo Regime dão-nos uma relação de 1 para 3, ou para 4, entre o produto bruto de um ano de trabalho e o conjunto dos bens de capital (que designaremos em França por 'património'), relação idêntica, em suma, àquela que é aceite por Keynes para a economia das sociedades actuais. Cada sociedade teria pois atrás de si, o equivalente a três ou quatro anos de trabalho acumulado, em reserva, que lhe serviria para fazer progredir a sua produção, dispondo assim de um património apenas parcialmente mobilizado para esse fim, decerto jamais utilizado a 100%. (Braudel, 1992, p. 55).

Ao exprimir-se nestes termos, Braudel está clara e explicitamente a referir-se às sociedades hoje desenvolvidas do Ocidente e tendo em conta a sua evolução histórica ao longo dos últimos cinco ou seis séculos. Acrescento que me parece ser digno de assinalar o facto irónico de Fernand Braudel, apesar da sua condição de historiador, assumir aqui uma perspectiva estritamente economicista. Ou seja, não parece querer levar em linha de conta o enorme capital sociocultural, acumulado ao longo de muitas gerações e traduzível em determinadas rotinas diárias e familiares, hábitos de trabalho, tradições de compita, repartição e partilha (ou não partilha) que, para utilizar um conceito do próprio Braudel, se traduziria na «massa acumulada de actividade material», anónima e subjacente à economia de mercado. Traduz-se esse enorme capital sociocultural também em conhecimentos, transmissíveis de geração em geração, de práticas agrárias e artesanais, que todos assumimos como fazendo parte da paisagem social e meio ambiente, mas que possuem um indiscutível valor de capital acumulado. Como veremos mais adiante, estas notas são particularmente relevantes e pertinentes para uma adequada compreensão das causas mais profundas da crise africana em geral e da África do Sul em particular.

Segundo a perspectiva mais comum apresentada pelos teóricos da escola do sistema-mundo e das teorias da dependência, a África Subsariana foi integrada no sistema-mundo desde o princípio da construção desse mesmo sistema, na fase mercantilista do sistema capitalista, ao longo dos séculos xvi, xvii e xviii. Os vectores de inserção da África Subsariana no sistema-mundo foram a exportação forçada de mão-de-obra, sob a forma de escravatura, para alimentar os subsistemas produtivos de açúcar e algodão nas Américas coloniais. Neste quadro, os territórios da África Subsariana eram então considera-

dos como parte da *external arena*, enquanto a América colonial constituía a periferia do sistema.

No caso concreto do território que veio a constituir a África do Sul, essa inserção assumiu um carácter muito particular: uma colónia europeia de apoio logístico ao comércio euro-asiático por via marítima, então já em plena expansão. Uma espécie de 'estação de serviço' dos transportes transoceânicos de então. Assim, e até meados do século XIX, o conflito entre colonos holandeses e o emergente e dominador poder imperial britânico, empurrou aqueles colonos de origem europeia para «fora do sistema», ou seja, para a *external arena*.

Relativamente ao conjunto da África Subsariana, Samir Amin (1993) defende a tese de que aquela forma de inserção está na origem do atraso estrutural de África, quer pela destruição de importantes estruturas políticas preexistentes, quer pela devastação demográfica que provocou. Assinale-se a esse respeito que uma das formas de avaliar o tipo de inserção ou integração no sistema-mundo, se faz caracterizando os tipos de bens ou serviços que são trocados entre as diversas regiões componentes do sistema. A devastação demográfica a que se referem os teóricos da dependência assume todo o seu significado se pensarmos os trabalhadores humanos como máquinas orgânicas, capazes de produzir excedentes económicos, e se pensarmos nos milhões de escravos que foram exportados da África Subsariana ao longo de três séculos. Através do modelo de simulação por si elaborado, Patrick Manning (2003)⁹⁵ estimou que a população de África, em 1850, contava sensivelmente metade do que poderia contar a um crescimento de 5% ao ano, ao longo dos precedentes 150 anos. O estudo elaborado por Joseph Miller (1988) em relação ao comércio de escravos a partir de Angola concluiu que morriam aproximadamente o mesmo número de africanos, só na captura e transporte até à costa, como aqueles que efectivamente chegavam a ser embarcados. Ainda segundo Miller, um número equivalente fugia para outras regiões mais para o interior. No caso da região de Angola, por exemplo, isto veio a representar algo como 100 000 pessoas deslocadas anualmente. Entretanto, na literatura consultada, foi possível encontrar referências a teses que defendem que o impacto do comércio de escravos, ou a modificação da sua natureza a partir do comércio transatlântico, teria sido mínimo em relação à dimensão continental da economia africana (Eltis, 2000; Thornton, 1998).

Em todo o caso, caberia reflectir no papel crucial da motivação social para a produção de excedentes como determinante para a aceleração do processo de acumulação, o que, muito provavelmente, levaria a ter que reconsiderar al-

95 Ver o modelo analítico elaborado por Manning em <http://www.worldhistorynetwork.org/migrationsim/>

gumas das teses sobre a problemática do «enriquecimento da Europa à custa do empobrecimento de África» (Rodney, 1972)⁹⁶.

Depois desta primeira 'onda' de inserção de África no sistema-mundo, os proponentes das teorias da dependência consideram um segundo período histórico de inserção: o período colonial entre, mais ou menos, 1880 e 1960. Claro que se trata de um quadro traçado em grandes pinceladas, que não ignora a presença árabe nas costas orientais e respectiva exploração, quer de escravos, quer de diversas matérias-primas, desde finais do século XIV, assim como a presença portuguesa e a respectiva exploração de escravos na costa ocidental, desde meados do século XV, para além do milenar comércio transariano.

Esta segunda 'onda' de inserção da África Subsariana no sistema-mundo, consolidada no virar do século XIX para o século XX, assume basicamente três formas ou desenvolve-se segundo três grandes eixos: em primeiro lugar, a imposição da economia mercantil (e respectiva monetarização) ao campesinato africano, o qual foi assim incorporado na economia mundial através da mercantilização das suas produções agrícolas tradicionais; em segundo lugar, a economia de plantações ou de agropecuária, através da exploração directa de recursos naturais do solo com proletarianização de trabalhadores agrícolas; em terceiro lugar, a economia das explorações mineiras, com particular relevo para a África Central e Austral.

A terceira fase da inserção de África no sistema-mundo, ocorreu no período posterior aos anos 60 do século XX, período que corresponde às diversas independências e correspondentes projectos de 'construção nacional'. Tal como é assinalado por Samir Amin (2000), a este período corresponde apenas como que um refinamento do modo de inserção anteriormente desenvolvido, efectuado através de acordos de comércio internacional entre os novos países africanos, agora politicamente independentes, e as potências que anteriormente, directa ou indirectamente, beneficiavam do sistema colonial. A este respeito poder-se-á também consultar Catherine Coquery-Vidrovitch (1976).

Resumindo a distinção que se faz sobre a utilização da ideia de sistema-mundo, note-se que, enquanto os autores consultados, designadamente Wallerstein (1990), William Martin (2000) ou ainda Giovanni Arrighi (1996), perspectivam o sistema-mundo de um ponto de vista histórico como sendo um sistema de evolução recente, com pouco mais de cinco séculos, neste livro defende-se a ideia de que o sistema-mundo teve uma história de gestação bastante mais longa, mas que só se começou efectivamente a estruturar como

96 Seria interessante considerar o estudo comparativo entre a riqueza material e o conhecimento científico acumulado nas diversas regiões do planeta à data imediatamente anterior à expansão europeia. Outra forma de perspectivar a ideia de que a Europa enriqueceu à custa do empobrecimento de África seria comparando as riquezas nacionais colectivas de países europeus envolvidos e não envolvidos no processo de expansão colonial, e respectivo aproveitamento – por exemplo, Portugal e a Baviera ou a Áustria.

sistema mundial, ou de âmbito planetário, a partir de princípios do século xvi. Até finais do século xv, coexistiram diversos subsistemas com reduzido grau de interacção nas respectivas fronteiras, embora se possam assinalar redes de comércio transcontinental, designadamente entre os subsistemas asiáticos e o europeu, e entre estes e os subsistemas africanos. Cada um destes subsistemas tendia a considerar os restantes como a sua própria *external arena* pelo que, em princípio, cada um desses subsistemas, podia vir a ser encarado como 'o nosso' sistema-mundo em embrião. Sucedeu vir a ser o subsistema europeu o que acabaria por dar origem ao processo de criação do moderno sistema-mundo de que fala Wallerstein, não cabendo aqui discutir as causas profundas de tal evento histórico. Clarificando o raciocínio: ao longo dos últimos milénios, foram sendo progressivamente esgotadas as diversas *external arenas* de cada subsistema ou sistema-mundo embrionário, no sentido wallersteiniano do termo⁹⁷. Como se pode constatar através dos estudos históricos regionais, este esgotamento progressivo de *external arenas* tem-se processado, quer por conquista militar com derrota de povos anteriormente ocupantes, quer por descoberta e ocupação. Na actualidade, deixou pura e simplesmente de existir uma *external arena*, na medida em que deixou de haver territórios por ocupar. Na tese aqui defendida, a última *external arena* a ser incorporada no sistema-mundo foi o território hoje chamado África do Sul.

5.4 Uma perspectiva empresarial

Na senda, longa de mais ou menos sete décadas, em busca da paridade social e económica com os ingleses da África do Sul, os africânderes utilizaram as empresas, estatais e privadas com o apoio do Estado, como instrumentos privilegiados do processo de acumulação, necessário para alcançar a tão almejada paridade. E foi justamente quando as empresas de capital africânder e as elites africânderes (no sentido individual e não grupal) se sentiram em pé de igualdade e tranquilamente entrosadas no sistema de governação da economia mundial (justamente através do mundo empresarial e político daí dependente), que se sentiram igualmente em condições para dismantelar o sistema que, ao fim e ao cabo, lhes permitira alcançar a situação em que vieram a encontrar-se nos primeiros anos da década de 80.

Uma outra crítica que faço à abordagem convencional da escola do sistema-mundo refere-se à ênfase posta nas relações entre Estados, ênfase que resulta provavelmente da formação de uma parte significativa dos analistas desta escola, oriundos sobretudo dos campos disciplinares da politologia, sociologia

97 Ou que interpreto como tal.

política ou história. O sistema-mundo é-nos apresentado, primordialmente, como um sistema de estados nação que entretencem entre si determinadas relações de poder ou de predomínio político. As relações de carácter económico, que são tidas em conta nessa perspectiva em que predomina o político, são apresentadas como estando agregadas ou subsumidas em cada todo nacional, onde são, por sua vez, inseridas (no sentido de enquadradas) num agregado envolvente total e abrangente que assume o papel de representação política dos 'interesses nacionais' de cada país. As empresas, ou os interesses económicos propriamente ditos de cada país, ficam assim como que envergonhadamente na sombra, ou penumbra, dos bastidores da diplomacia tradicional. Desta maneira, o esquema analítico proposto pela escola de Wallerstein⁹⁸ parece concentrar a sua atenção nas relações, mais ou menos conflituosas, entre os diversos estados nação e sua evolução histórica e, de passagem, acaba por conduzir a uma visão do mundo que ignora as relações e possíveis conflitos de classe, no interior de cada estado nação considerado, na medida em que parece concentrar-se (ou só considerar) os conflitos entre os estados nação. Assim, por exemplo (e apenas a título de ilustração), um país como a África do Sul é perspectivado como desempenhando o papel de potência regional e tendo, portanto, o estatuto de país da semiperiferia⁹⁹, tendo relações de relativa dependência com o centro (basicamente a UE e os EUA) e exercendo algum controle ou influência (mesmo que a contragosto) em relação aos países da sua própria periferia.

Na perspectiva aqui proposta, está subjacente uma crítica relativa à aparente menor consideração do papel fundamental que as empresas, enquanto actores sociais, têm desempenhado na real estruturação do sistema-mundo tal como é, por parte dos analistas associados com a escola do sistema-mundo. Mesmo considerando que as empresas acabam sempre por ser empresas de um determinado país, devíamos levar em linha de conta que a lógica das empresas multinacionais de base norte-americana, francesa ou alemã (por exemplo) pode não coincidir com a lógica dos Estados onde as empresas A, B ou C tenham a sua sede. Há mesmo casos conhecidos (e são significativos) de empresas que são literalmente multiestatais, no sentido em que o seu capital social central está *de jure* e *de facto* repartido por mais do que um país¹⁰⁰. Se considerarmos ainda o facto (muito mais frequente) de propriedades cruzadas de capital entre empresas com sedes em diversos países, mais evidente se torna

98 Esta, em termos necessariamente simplifcantes, acrescenta às noções anteriores da escola da dependência, o conceito inovador de «semiperiferia».

99 Tal como Portugal, antes da revolução de 1974: um país da semiperiferia e com a sua própria periferia – as colónias africanas.

100 Basta considerar empresas com a Shell-BP ou a ABB ou a Nestlé. Refiram-se também os problemas de fiscalidade e da prática sistémica e bem conhecida da manipulação e transferência de lucros através de sistemas de facturação intra-empresarial, à revelia do controle das autoridades fiscais nacionais.

a necessidade de considerar as empresas multinacionais como um elemento estruturante, de forma independente, no funcionamento do sistema-mundo. Este ponto é particularmente relevante para a tese subjacente a este livro, se considerarmos o papel desempenhado pelas empresas de base sul-africana no que diz respeito, quer à inserção da África do Sul no sistema-mundo, quer na sua instrumentalização pelas elites africânderes, na prossecução dos seus objectivos históricos fundamentais. O caso recente da transmutação do capital da Anglo American Corporation da bolsa de valores de Joanesburgo para a bolsa de valores de Londres¹⁰¹ é disso um bom e claro exemplo, mesmo considerando o facto histórico de, nesta empresa, ter sido predominante o chamado «capital inglês» (Fine & Rustonjee, 1996).

No que diz respeito ao papel determinante das empresas na estrutura do sistema-mundo, como veremos mais adiante ao expor algumas reflexões críticas sobre África e o processo da globalização, podemos constatar que a perspectiva das empresas multinacionais não é, de todo em todo, uma de «centro», «semiperiferia» e «periferia». Aquilo que se verificaria, se procurássemos mapear a geografia do sistema-mundo tal como é visto pelas MNC, seria um emaranhado de relações entrecruzadas, com zonas de muito maior densidade de transacções, funcionando como os *attractors* da teoria da complexidade (Waldrop, 1992), e com uma vaga relação com o mapa geográfico convencional do nosso planeta. Nessa estrutura de relações entrecruzadas não é possível identificar uma simples hierarquia de centro-semiperiferia-periferia, mas antes um emaranhado de estruturas policêntricas e em matriz de geometria variável.

A respeito da referida dependência relativa em relação aos EUA e aos países da União Europeia, diga-se que esta se deve, sobretudo, à existência de um número de empresas transnacionais com sede naqueles países ou regiões mais desenvolvidas e com actividades económicas que assumem na África do Sul um papel estruturante. Pois bem, o ponto que quero sublinhar é que, dentro da própria África do Sul, há toda uma geografia de classes e interesses, eventualmente conflituais, que configuram também um «centro», uma «semiperiferia» e uma «periferia».

Entretanto, como se pode constatar a partir da consulta de quaisquer relatórios sobre o comércio internacional, a União Europeia é, de longe, o maior parceiro comercial, quer nas exportações quer nas importações, dos países da África Austral, sendo as trocas comerciais entre si apenas marginais, quando consideradas no seu conjunto. Poder-se-ia argumentar que a África do Sul desempenha um papel de «proto-semiperiferia», na medida em que já representa um valor muito significativo nas importações dos países da 'sua' periferia.

101 Sunday Times – Business Times, Joanesburgo, 2 de Maio de 1999.

Assinala-se, em todo o caso, o aspecto enviesado da estrutura de exportações e importações daqueles países relativamente à África do Sul e aos países mais industrializados do Norte. Se fizermos, aliás, uma análise mais fina do tipo de produtos exportados pela África do Sul para os países vizinhos, revela-se facilmente o seu carácter de excedentes locais¹⁰².

Tal como assinalam, ainda que de forma indirecta, Mats Lundahl e Lennart Petersson (Lundahl, 2004), o principal problema relativamente à possibilidade de a África do Sul se poder constituir numa «semiperiferia» com a sua própria «periferia», é a desproporcionada dimensão económica da África do Sul, assim como o facto de os seus principais fornecedores serem países exteriores à região da África Austral. Por outro lado, se é verdade que uma das críticas que já foi formulada relativamente às teses de Wallerstein é a de que as mesmas parecem querer transpor para as relações entre os estados o esquema de relações ou conflitos de classe, tradicionalmente estudados dentro de cada sociedade nacional, a questão que quero aqui levantar é de outra natureza.

Se perspectivarmos a globalidade do sistema produtivo em qualquer das suas dimensões (regional, nacional ou internacional), rapidamente nos apercebemos da relativa facilidade com que podemos reduzir as diversas actividades como estando orientadas para a satisfação de necessidades, básicas ou outras, dos múltiplos e diversos grupos humanos: a alimentação, o vestuário, a habitação, o transporte, para citar apenas algumas das fundamentais. Algumas dessas actividades apresentam-se como transversais ou comuns a todas as outras, como o caso típico da produção, transporte e distribuição de energia, ou a produção de serviços de apoio directo e indirecto ao bem-estar das populações, tais como a educação e a saúde¹⁰³. Nesta perspectiva é convencional a identificação de 'fileiras' de actividades, falando-se de fileiras como a eléctrica e electrónica, a metalomecânica, a alimentar. Todas as estatísticas e esquemas de classificações de empresas e ramos de actividade económica são, aliás, elaboradas com base nessas ideias ou conceitos.

A questão central é procurar saber em que fileira(s) de actividade podem os países africanos, em geral, e a África do Sul, em particular, aspirar integrar-se nos mercados do sistema-mundo. Isto, claro, com razoáveis hipóteses de sobrevivência competitiva. Ao tentar responder a esta questão, temos que ter presente o encadeamento funcional de cada um dos sectores ou fileiras de actividade, desde a inovação e concepção inicial, à produção e, posteriormente,

102 A esse respeito, a existência de uma fábrica da Daimler-Mercedes-Benz em Port-Elisabeth para exportação de produtos para todo o mundo, sob o exclusivo controle operacional e de conhecimento tecnológico por parte da empresa, é um exemplo paradigmático da ambiguidade conceptual da ideia de semiperiferia e da inserção da África do Sul no sistema-mundo, não em termos de semiperiferia, mas através da sua inserção no emaranhado transnacional de redes de valor acrescentado (Porter, 1993).

103 Ainda que se trate de um tema extremamente importante, não cabe aqui a discussão das relações entre as actividades empresariais privadas e as actividades economicamente fundamentais, mas normalmente do foro da actividade pública ou estatal, como a educação, a saúde, a justiça e a ordem pública.

à sua distribuição e consumo. Temos também que ter presentes os parâmetros dos diversos «factores de produção» e seus diversos componentes, e sua participação nas múltiplas e diversificadas «cadeias de produção de valor» de que falam os especialistas em gestão empresarial (Porter, 1993). Neste contexto é importante ter ainda presentes as ideias convencionais sobre os mercados fornecedores a montante, os mercados consumidores a jusante e as tendências, em ambos os casos, para a chamada «integração vertical».

5.5 Conclusões

Na perspectiva de Alvin So (1990), com a introdução do conceito de «semiperiferia», a escola do sistema-mundo adquiriu sobre as teorias da dependência a vantagem de melhor poder explicar a trajectória histórica de alguns países¹⁰⁴ que conseguiram sair do estatuto de «periferia» para alcançar o estatuto de países do «centro». Os teóricos da dependência defendem que os países periféricos estão condenados a essa situação, na medida em que as tendências profundas do comportamento do sistema mundial capitalista são para o aprofundamento das desigualdades entre países, à imagem e semelhança do que acontece com as classes sociais dentro de cada subsistema nacional. Estamos, assim, perante mais um exemplo da sobreposição analítica das perspectivas que consideram o estado-nação como um actor social equivalente aos actores «classes sociais». Parto do princípio de que a abordagem da escola do sistema-mundo tem certamente interesse heurístico; parece-me, no entanto, que uma análise explicativa terá que «esgravatar» mais fundo até chegar às circunstâncias históricas e geográficas de cada país, no caso de que aqui nos ocupamos, a África do Sul, para se poder compreender porque é que este país não teve o destino do Canadá ou da Nova Zelândia.

Finalmente, e reportando-me de novo às já referidas perspectivas de Kenneth Boulding (1956) e Stafford Beer (1969), todos os sistemas orgânicos são, por definição, sistemas abertos e possuidores de características de crescimento, reprodução, degradação e morte ou desaparecimento. A economia-mundo braudeliana, ou ainda o sistema-mundo wallersteiniano, são perspectivados como sendo dotados, por via da sua lógica interna, de uma propensão natural à expansão. No caso de organismos vivos individuais falaríamos do código genético. No caso de um sistema socioeconómico, como é o capitalismo, falamos antes da motivação básica dos seus principais actores, as empresas: a busca e maximização do lucro. Não posso deixar de sublinhar o carácter determinante da motivação social da busca de uma maximização dos lucros no comporta-

104 Como foi o caso de alguns países do Leste Asiático no último quartel do século xx.

mento geral do sistema, assim como dos efeitos sistémicos dessa procura de maximização, tema a que voltaremos, ainda que brevemente, mais adiante.

O que importa assinalar é que, enquanto o actual sistema-mundo teve espaço geográfico para se expandir, pôde actuar como um sistema aberto, já que podia efectuar trocas de matérias, energia e/ou informação com o seu meio exterior, visto aqui como o conjunto de regiões ou continentes por explorar, conjunto esse que constituía, para utilizar a terminologia de Wallerstein, a sua *external arena*. Enquanto a sua componente estritamente económica pôde ignorar os efeitos a jusante sobre o meio sociocultural e ecológico, assim como as retroacções desse mesmo meio que lhe apareciam a montante, então puderam também os economistas considerar ou perspectivar o sistema-mundo como sendo um sistema aberto – pelo menos aqueles economistas que, porventura, tivessem esse tipo de preocupação e vissem o sistema-mundo como um sistema económico planetariamente integrado. Em jeito de breve conclusão, reafirmo que a diferença fundamental entre o conceito wallersteiniano de sistema-mundo e o uso que aqui faço dessa mesma noção, reside no facto de este autor pretender ter sempre presente a ideia de que *estamos hoje perante um sistema fechado e não mais perante um sistema aberto e em expansão planetária*, ideia associada ou subjacente aos trabalhos dos diversos autores consultados e que penso serem representativos (Wallerstein, 1991, 1996; So, 1990; Hopkins & Wallerstein, 1996; Amin, 1997), sendo que essa expansão planetária se concluiu nas vésperas do eclodir da Primeira Guerra Mundial, altura em que o sistema, justamente, teria passado de aberto a fechado.

Interessa assinalar, portanto, para os efeitos da tese subjacente a este livro, que sendo então o sistema-mundo um sistema fechado, todas as resultantes das acções ou decisões tomadas dentro do sistema, muito em especial a produção de quaisquer excedentes (no sentido mais abrangente do termo) têm que ser reincorporadas ou reabsorvidas pelo sistema propriamente dito. Em suma, deixou de haver *external arena*, facto que nunca será de mais sublinhar.

A discussão plena das consequências sistémicas desse facto – o fim das *frontiers*, como diriam alguns economistas norte-americanos –, designadamente o papel das guerras de destruição física total no realargamento das fronteiras exteriores do sistema, como no caso da Segunda Guerra Mundial¹⁰⁵, ou ainda o papel dos complexos industriais-militares na manutenção do *status quo* (crescendo como que de forma cancerígena no seio do corpo social), não cabe, no entanto, nos propósitos deste livro. Já no que diz respeito à África do Sul, importa notar que, mesmo as teses normalmente avançadas para explicar a Segunda Guerra dos Bôeres (facto considerado determinante para toda a

¹⁰⁵ Nomeadamente através do 'encolhimento forçado' da economia-mundo até aí existente, por via da destruição de uma multitude de estruturas físicas que tiveram que ser reconstruídas, recriando assim 'novas áreas' de expansão e crescimento.

evolução da África do Sul ao longo do século xx), se podem dividir em «teses cêntricas» – como a tese de John Atkinson Hobson, publicada originalmente em 1902 –, em que o factor determinante são as forças actuates ao nível do centro do sistema, e «teses periféricas» ou «localistas» – como as de Ronald Robinson e John Gallagher (Louis, 1976) –, em que são invocadas circunstâncias locais, consideradas como determinantes. Como é natural, voltarei a este tema.